

CÂMARA MUNICIPAL DE TATUÍ

RESOLUÇÃO Nº 001/14, de 26 de novembro de 2014.

(Projeto de autoria da Mesa Diretora do Legislativo)
- *Regulamenta, no âmbito da Câmara Municipal de Tatuí, o Sistema de Controle Interno e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE TATUÍ aprova e eu, na qualidade de seu Presidente, usando das atribuições que me são conferidas pelo artigo 22, IV, da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Resolução estabelece normas gerais sobre o Sistema de Controle Interno, no âmbito do Legislativo Municipal, de acordo com os artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigos 35 e 150 da Constituição do Estado de São Paulo, art. 54, parágrafo único da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Comunicado SDG 32, de 20 de setembro de 2013, do TCE/SP e Instruções por ele expedidas, Lei Orgânica do Município de Tatuí e suas alterações, Regimento Interno desta Casa e suas alterações, e tomará por base a escrituração e demonstrações contábeis, os relatórios de execução e acompanhamento de projetos e atividades e outros procedimentos e instrumentos estabelecidos pela legislação em vigor ou órgãos de controle interno e externo.

Art. 2º Para os fins desta Resolução considera-se Sistema de Controle Interno o conjunto de atividades, planos, métodos e procedimentos interligados e utilizados com a finalidade de assegurar que os objetivos precípuos da Câmara Municipal de Tatuí sejam alcançados, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º O Controle Interno deverá ser exercido em todos os departamentos e setores que compõem a estrutura administrativa do Poder Legislativo Municipal, compreendendo:

- I - A preservação do patrimônio público;
- II - O controle da execução das ações que integram os programas;
- III - A observância às leis, aos regulamentos e às diretrizes estabelecidas.

CAPÍTULO II

FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DO CONTROLE INTERNO

Art. 4º Compete ao Controle Interno:

- I – Avaliar o cumprimento das metas físicas e financeiras dos planos orçamentários, bem como a eficiência de seus atos;
- II - Comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- III - Exercer o controle das obrigações, direitos e haveres da Câmara;
- IV - Apoiar o Tribunal de Contas no exercício de sua missão institucional;
- V - Assinar o relatório de Gestão Fiscal, em conjunto com autoridades da Administração Financeira da Câmara;
- VI - Atestar a regularidade da tomada de contas dos ordenadores de despesa, recebedores, tesoureiros, pagadores ou assemelhados;
- VII – informar à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tatuí, para as providências necessárias, a ocorrência de atos ilegais, ilegítimos, irregulares ou antieconômicos de que resultem ou não em dano ao erário.

Parágrafo único. O Controlador Interno, no cumprimento das atribuições contidas neste dispositivo, deverá valer-se dos comunicados, cartilhas e manuais expedidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, em especial, do disposto no Manual Básico de Controle Interno, editado pela Egrégia Corte de Contas deste Estado.

CAPÍTULO III

DA FORMA DOS ATOS PRATICADOS PELO CONTROLADOR INTERNO

Art. 5º Dos fatos apurados pelo Controlador Interno será elaborado um relatório de auditoria interna que deve conter forma clara, simples, precisa, oportuna, imparcial, completa, conclusiva e construtiva.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput* considera-se:

- I - *Clara e Simples*: a informação deve ser revelada de forma objetiva, simplificada, em linguagem de fácil compreensão, sem explicações exaustivas, possibilitando a qualquer pessoa entendê-la, ainda que não versada na matéria. Quando necessário, os termos técnicos serão esclarecidos em nota de rodapé.
- II - *Precisa*: a informação deve estar livre de incertezas; não deve expor dúvidas ou obscuridades que causem interpretações diversas das pretendidas.
- III - *Oportuna*: a informação deve ser divulgada em tempo hábil para que as medidas corretivas sejam tempestivas e, portanto, efetivas.
- IV - *Imparcial*: a informação deve ser fiel aos fatos, com neutralidade; sem juízo de valor.
- V - *Completa*: embora objetiva e concisa, a informação deve estar inteira, acabada, terminativa, sem omissões ou supressões.
- VI - *Conclusiva*: a informação deve permitir a formação de opinião sobre os fatos relatados.
- VII - *Construtiva*: a informação deve expressar providências para melhorar a gestão financeira e operacional da entidade de governo. Não se deve utilizar expressões duras, ofensivas, adjetivadas, tampouco comentários desnecessários, inoportunos ou depreciativos.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA CONTROLE INTERNO

Art. 6º O Sistema de Controle Interno do Legislativo integrará a estrutura organizacional da Câmara Municipal de Tatuí, vinculada diretamente ao Presidente da Câmara Municipal, com atribuições definidas nesta Resolução.

Art. 7º O Controlador Interno será nomeado pelo Presidente da Câmara, dentre servidores efetivos de carreira, podendo ser nomeado substituto, nas mesmas condições.

§ 1º Os servidores investidos na função de Controle Interno não poderão ser transferidos ou ter seu trabalho impedido por qualquer agente político.

§ 2º O Controlador ou seu substituto, em razão de eventual responsabilidade solidária e da complexidade do exercício da função, poderá perceber gratificação, dentro dos limites e na forma prevista em lei específica.

CAPÍTULO V

DO CONTROLE INTERNO COMO APOIO AO CONTROLE EXTERNO

Art. 8º No apoio ao controle externo, o sistema de controle interno deverá exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

- I – Organizar e executar programação de auditorias contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, os respectivos relatórios;
- II – Realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer;
- III – Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure tomada de contas especial sempre que tiver conhecimento de qualquer das ocorrências referidas que autorizem este procedimento.

Art. 9º O responsável pelo controle interno, ou na falta deste, os dirigentes dos órgãos da administração pública municipal, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão imediato conhecimento ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, sob pena de responsabilidade solidária.

Parágrafo único. Na comunicação ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, o dirigente do órgão de controle interno competente indicará as providências adotadas para:

- I – corrigir a ilegalidade ou a irregularidade apurada;
- II – ressarcir o eventual dano causado ao erário;
- III – evitar ocorrências semelhantes.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 Fica assegurado ao Controlador Interno, no desempenho de suas funções, o acesso a todos os documentos, fatos e informações relacionados à Câmara Municipal de Tatuí e aos órgãos alcançados pelo Controle Interno do Legislativo.

Art. 11 É vedado ao responsável pelos trabalhos de Controle Interno divulgar fatos e informações de que tenha tomado conhecimento, em razão do exercício de suas atribuições.

Art. 12 As despesas decorrentes da execução desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada, se necessário.

Art. 13 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tatuí, 26 de novembro de 2014.

OPRESIDENTEDA CÂMARA
Oswaldo Laranjeira Filho

Publicada no Departamento de Administração da Câmara Municipal na data supra e encaminhada para publicação na Imprensa local, na forma da lei.

Adilson Fernando dos Santos
Diretor Geral Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUÍ

PORTARIA Nº 01/15

JOSÉ MANOEL CORREA COELHO, Prefeito Municipal de Tatuí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DETERMINA:

- a) A instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar irregularidades na conduta funcional da servidora pública municipal **SUELY SIQUEIRA ROMANO ARAÚJO**, auxiliar de enfermagem, código funcional nº. 6611, conforme noticiado no Ofício nº 709/2014 - RH;
- b) Designar o Dr. Luiz Carlos Prado Eugenio dos Santos, Advogado do Município, Dra. Aline Pires de Camargo, Advogada do Município, e do Dr. Alexandre Novais do Carmo, Advogado do Município, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão Processante;
- c) Que no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam concluídos os trabalhos, adotando-se a regra do artigo 172, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tatuí, Lei Municipal n.º 4.400, de 07 de julho de 2010.

Tatuí, 08 de Janeiro de 2015.

José Manoel Correa Coelho
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TATUÍ

LEI MUNICIPAL Nº 4.897, de 09 de dezembro de 2014.

(Projeto de autoria do Vereador José Eduardo Moraes Perbelini)
- *Dispõe sobre a veiculação de propagandas contra a violência à mulher e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos shows que forem realizados no município de Tatuí.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE TATUÍ aprova e eu, Presidente da Câmara, no exercício da competência que me é atribuída pelo artigo 22, inciso IV, c/c o artigo 40, § 6º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Torna obrigatória, no município de Tatuí, a veiculação de propagandas contra a violência à mulher e ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, com menção do Disque Denúncia 180 e 100, nos telões e equipamentos similares, dos shows que forem realizados em área aberta, com público superior a 1.500 pessoas.

Art. 2º Entende-se por shows, todo espetáculo teatral ou cinematográfico em que há música, dança e coreografia, geralmente montado em torno de um cantor ou animador.

Art. 3º O Poder Executivo deverá regulamentar esta lei, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tatuí, 09 de dezembro de 2014.

OPRESIDENTEDA CÂMARA
Oswaldo Laranjeira Filho

Publicada no Departamento de Administração da Câmara Municipal na data supra e encaminhada para publicação na Imprensa local, na forma da Lei.

Adilson Fernando dos Santos
Diretor Geral Administrativo

EDITAL DE PROCLAMAS

SP, onde nasceu no dia 17 de janeiro de 1989, filho de Décio Alves de Souza e de Ângela Maria Soares Vieira de Souza, residente em Tatuí/SP, Travessa Domingos Loretto nº 315 – Centro e **GABRIELA DOS SANTOS FRANCO**, brasileira, solteira, assistente financeiro, natural de Tatuí/SP, onde nasceu no dia 15 de maio de 1992, filha de Luciano Franco e de Cheila Cristina dos Santos Franco, residente em Tatuí/SP, Rua Mário Teles nº 139 – Jd. Rosa Garcia I.

Tatuí, 08 de janeiro de 2015.

Edital nº 21.580, fls. 135, livro D-27. MARCELO ANTONIO MAGALHÃES, brasileiro, divorciado, electricista, natural de São Paulo/SP, onde nasceu no dia 16 de agosto de 1971, filho de Maria Estela Gonçalves Magalhães, residente em Tatuí/SP, Rua Miguel Teles nº 06 – B. Tanquinho e **MARTA ALEXANDRA LOPES**, brasileira, solteira, dolar, natural de Tatuí/SP, onde nasceu no dia 04 de julho de 1971, filha de Eli da Silva Lopes e de Maria Raymunda Lopes, residente em Tatuí/SP, Rua Miguel Teles nº 06 – B. Tanquinho.

Tatuí, 08 de janeiro de 2015.

Edital nº 21.581, fls. 136, livro D-27. ANTONIO CARLOS ANTUNES ALVES, brasileiro, divorciado, funcionário público, natural de Tatuí/SP, onde nasceu no dia 04 de fevereiro de 1977, filho de José Carlos Alves e de Tânia Maria Antunes Alves, residente em Tatuí/SP, Rua Dr. Germano Wedemann nº 157 – Jardins Tatuí e **LEONICE MARIA VIEIRA Eburneo**, brasileira, viúva, do lar, natural de Tatuí/SP, onde nasceu no dia 03 de fevereiro de 1979, filha de Juvenal Vieira Pinto e de Marta Ferreira Pinto, residente em Tatuí/SP, Rua Dr. Germano Wedemann nº 157 – Jardins Tatuí.

Tatuí, 08 de janeiro de 2015.

Edital nº 21.582, fls. 137, livro D-27. ADINAILTON BERNARDINO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, servente, natural de Ubatã/BA, onde nasceu no dia 28 de agosto de 1996, filho de Ananias Bernardino dos Santos e de Maria Regina Santana de Jesus, residente em Tatuí/SP, Rua José Aguiar Fogaça nº 464 – Jd. Rosa Garcia e **ADRIANA TALITA ASSUMPÇÃO**, brasileira, solteira, serviços gerais, natural do 1º Subd. Sorocaba/SP, onde nasceu no dia 26 de novembro de 1985, filha de Dalva Assumpção, residente em Tatuí/SP, Rua José Aguiar Fogaça nº 464 – Jd. Rosa Garcia.

Tatuí, 08 de janeiro de 2015.

Edital nº 21.583, fls. 138, livro D-27. ADRIANO GONZALES DE MIRANDA, brasileiro, solteiro, vendedor, natural de Avaré/SP, onde nasceu no dia 31 de março de 1990, filho de Sebastião Roque de Miranda e de Adriana Mara Garcia Gonzáles de Miranda, residente em Tatuí/SP, Rua Sebastião Gonzaga de Campos nº 51 – CDHU. e **RAQUEL MORAES ALVES**, brasileira, solteira, analista, natural de Registro/SP, onde nasceu no dia 18 de outubro de 1986, filha de Amador Alves Justino e de Dalila de Moraes, residente em Tatuí/SP, Rua Sebastião Gonzaga de Campos nº 51 – CDHU.

Tatuí, 08 de janeiro de 2015.

Edital nº 21.584, fls. 139, livro D-27. MARCOS ROBERTO VAZ, brasileiro, solteiro, caseiro, natural de Iperó/SP, onde nasceu no dia 12 de setembro de 1969, filho de José Vaz e de Tereza Leite Vaz, residente em Tatuí/SP, Rua Antônio Pereira Fiúza nº 279 – V. Esperança e **ROSANGELA MARTINS DA SILVEIRA**, brasileira, solteira, do lar, natural do 2º Subd. Itapetininga/SP, onde nasceu no dia 03 de março de 1971, filha de Francisco da Silveira e de Alzira Martins da Silveira, residente em Tatuí/SP, Rua Antônio Pereira Fiúza nº 279 – V. Esperança.

Tatuí, 08 de janeiro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL DE TATUÍ

LEI MUNICIPAL Nº 4.899, de 09 de dezembro de 2014.

(Projeto de autoria do Vereador José Eduardo Moraes Perbelini)
- *Dispõe sobre a instalação de “Caixas Eletrônicas em altura reduzida nas Agências Bancárias” no município de Tatuí e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE TATUÍ aprova e eu, Presidente da Câmara, no exercício da competência que me é atribuída pelo artigo 22, inciso IV, c/c o artigo 40, § 6º da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Tatuí que, todas as agências bancárias, que contarem com área de caixas eletrônicos para auto-atendimento, deverão disponibilizar aos clientes pelo menos um terminal com tela e teclado em altura reduzida, compatível para utilização por usuários de cadeiras de rodas e pessoas com baixa estatura.

Art. 2º Os bancos alcançados pelo disposto no artigo 1º terão prazo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta lei, para instalarem os respectivos terminais em suas agências.

Art. 3º Às agências bancárias que descumprirem a presente lei fica estabelecida a multa no valor de 50 (cinquenta) UFESP.

Parágrafo Único. Em caso de reincidência, o valor da multa será de 100 (cem) UFESP.

Art. 4º As despesas com a execução da presente lei correrão por conta de verba orçamentária própria, suplementada se necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Tatuí, 09 de dezembro de 2014.

OPRESIDENTEDA CÂMARA
Oswaldo Laranjeira Filho

Publicada no Departamento de Administração da Câmara Municipal na data supra e encaminhada para publicação na Imprensa local, na forma da Lei.

Adilson Fernando dos Santos
Diretor Geral Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TATUÍ

PORTARIA Nº 75/14

JOSÉ MANOEL CORREA COELHO, Prefeito Municipal de Tatuí, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

DETERMINA:

- a) A instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar irregularidades na conduta funcional do servidor público municipal **ANTÔNIO CARLOS LABLAK DE OLIVEIRA**, professor, código funcional nº. 8341;
- b) Designar o Dr. Luiz Carlos Prado Eugenio dos Santos, Advogado do Município, Dra. Aline Pires de Camargo, Advogada do Município, e do Dr. Alexandre Novais do Carmo, Advogado do Município, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão Processante;
- c) Que no prazo de 60 (sessenta) dias, sejam concluídos os trabalhos, adotando-se a regra do artigo 172, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Tatuí, Lei Municipal n.º 4.400, de 07 de julho de 2010.

Tatuí, 15 de Dezembro de 2014.

José Manoel Correa Coelho
Prefeito Municipal

e de Zoraide Bonanata Lagroteria, residente em Tatuí/SP, Rua São Martinho nº 28 – Centro.

Tatuí, 12 de janeiro de 2015.

Edital nº 21.591, fls. 146, livro D-27. JAIME JACOB HESSEL, brasileiro, viúvo, pedreiro, natural de Tatuí/SP, onde nasceu no dia 08 de fevereiro de 1964, filho de Elizeu Jacob Hessel e de Maria Rodrigues Hessel, residente em Tatuí/SP, Rua José Abílio Sá nº 555 - Inocoop e **EUFROSINA APARECIDA COSTA**, brasileira, divorciada, do lar, natural de Tatuí/SP, onde nasceu no dia 21 de abril de 1965, filha de Ignácio Costa e de Luiza Soares Costa, residente em Tatuí/SP, Rua José Abílio Sá nº 555 – Inocoop.

Tatuí, 12 de janeiro de 2015.

Edital nº 21.592, fls. 147, livro D-27. EVANDRO CARDOSO, brasileiro, divorciado, motorista, natural de Tatuí/SP, onde nasceu no dia 16 de janeiro de 1977, filho de Lucio de Fátima Cardoso e de Marisa Tobias Cardoso, residente em Tatuí/SP, Rua João Ferraz Fiúza nº 52 – Jardins de Tatuí e **MARIVONE DE SOUZA**, brasileira, solteira, funcionária pública municipal, natural de Registro/SP (reg. em Sete Barras/SP), onde nasceu no dia 11 de abril de 1974, filha de Milton de Souza e de Aparecida Francisca de Souza, residente em Tatuí/SP, Rua João Ferraz Fiúza nº 52 – Jardins de Tatuí.

Tatuí, 12 de janeiro de 2015.

Edital nº 21.593, fls. 148, livro D-27. NELSON AMÓS FERREIRA DE ALMEIDA, brasileiro, solteiro, servente de pedreiro, natural de Distr. de Rubião Júnior/Botucatu/SP (reg. em Bofete/SP), onde nasceu no dia 03 de novembro de 1983, filho de Marina Ferreira de Almeida, residente em Tatuí/SP, Praça Mário França Azevedo nº 160 – V. Dra. Laurindo e **GLAUCIA RENATA CAVALEIRO**, brasileira, solteira, do lar, natural de Tatuí/SP, onde nasceu no dia 30 de julho de 1978, filha de Joaquim Leme Cavaleiro Neto e de Aparecida dos Santos Cavaleiro, residente em Tatuí/SP, Praça Mário França Azevedo nº 160 – V. Dr. Laurindo.

Tatuí, 12 de janeiro de 2015.

Edital nº 21.594, fls. 149, livro D-27. ANDREW DE AZEVEDO GONÇALVES, brasileiro, solteiro, líder de logística, natural do 2º Subd. Sorocaba/SP, onde nasceu no dia 11 de janeiro de 1990, filho de Geraldo Gonçalves e de Maria Aparecida de Azevedo Gonçalves, residente em Tatuí/SP, Rua Vicente Gonçalves de Barros nº 90 – V. Santa Luzia e **KELLY GOMES DA SILVA**, brasileira, solteira, operadora, natural do 1º Subd. Sorocaba/SP, onde nasceu no dia 14 de julho de 1988, filha de Lino Gomes da Silva e de Cleonice Conceição da Silva, residente em Tatuí/SP, Rua Benedito Nunes nº 804 – Jd. Santa Rita.

Tatuí, 12 de janeiro de 2015.

Edital nº 21.595, fls. 150, livro D-27. UMBERTO BERTRAMPOLES, brasileiro, divorciado, músico, natural de Tatuí/SP, onde nasceu no dia 12 de outubro de 1979, filho de Gilberto Poles e de Maria da Conceição Bertrami Poles, residente em Tatuí/SP, Rua Agostinho Andrade Ramos nº 106 e **SHEILA FARIA DA SILVA**, brasileira, solteira, funcionária pública, natural de Tatuí/SP, onde nasceu no dia 18 de dezembro de 1984, filha de Julio Cezar Belvis da Silva e de Célia Regina Faria da Silva, residente em Tatuí/SP, Rua Agostinho Andrade Ramos nº 106.

Tatuí, 12 de janeiro de 2015.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei.